



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal De Matupá

CNPJ: 36.889.921/0001-02

Câmara Municipal de Matupá
PROTOCOLO
N.º 622
Data: 01/11/23

DELIBERAÇÕES PLENÁRIAS

Prop.: <u>P 26.0</u> Nº: <u>26/23</u> Aprovado <input type="checkbox"/> Rejeitado <input type="checkbox"/> Unanimidade <input type="checkbox"/> Maioria <input type="checkbox"/> Dois Terço <input type="checkbox"/> Marcos Icassatti Porte Presidente	() PROJ. LEI COMPLEMENTAR (X) PROJ. DE LEI () PROJ. DECRETO LEGISLATIVO () PROJ. DE RESOLUÇÃO () REQUERIMENTO () INDICAÇÃO () MOÇÃO () PARECER	Nº 026/23 Valdemir Antonio Berti Coordenador Geral Port. nº: 022/2022
---	--	--

Autoria: Vereadores Carmilton Jorge – PL; Marcos Icassatti Porte – MDB e José de Jesus Louredo -PL

PROJETO DE LEI Nº 027/23

SÚMULA: “Dispõe sobre a proibição de plantio de lavoura nas áreas de expansão do Município de Matupá – MT, e dá outras providências”.

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a plantação de lavoura de qualquer espécie nas áreas de expansão dentro do perímetro urbano do Município de Matupá- MT.

Art. 2º Para os fins no disposto na presente Lei, define-se como área de expansão, todas aquelas constantes na Planta original da cidade de Matupá, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal e registradas no Cartório de Registro do 1º Ofício.

Parágrafo único. As mencionadas áreas de expansão são as das seguintes matrículas:

Art. 3º A paralização da atividade agrícola desenvolvida no perímetro urbano de Matupá, deve ser imediata a publicação da presente lei, com exceção para as áreas onde ainda é preciso fazer a colheita

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

BRUNO SANTOS MENA
Prefeito de Matupá – MT

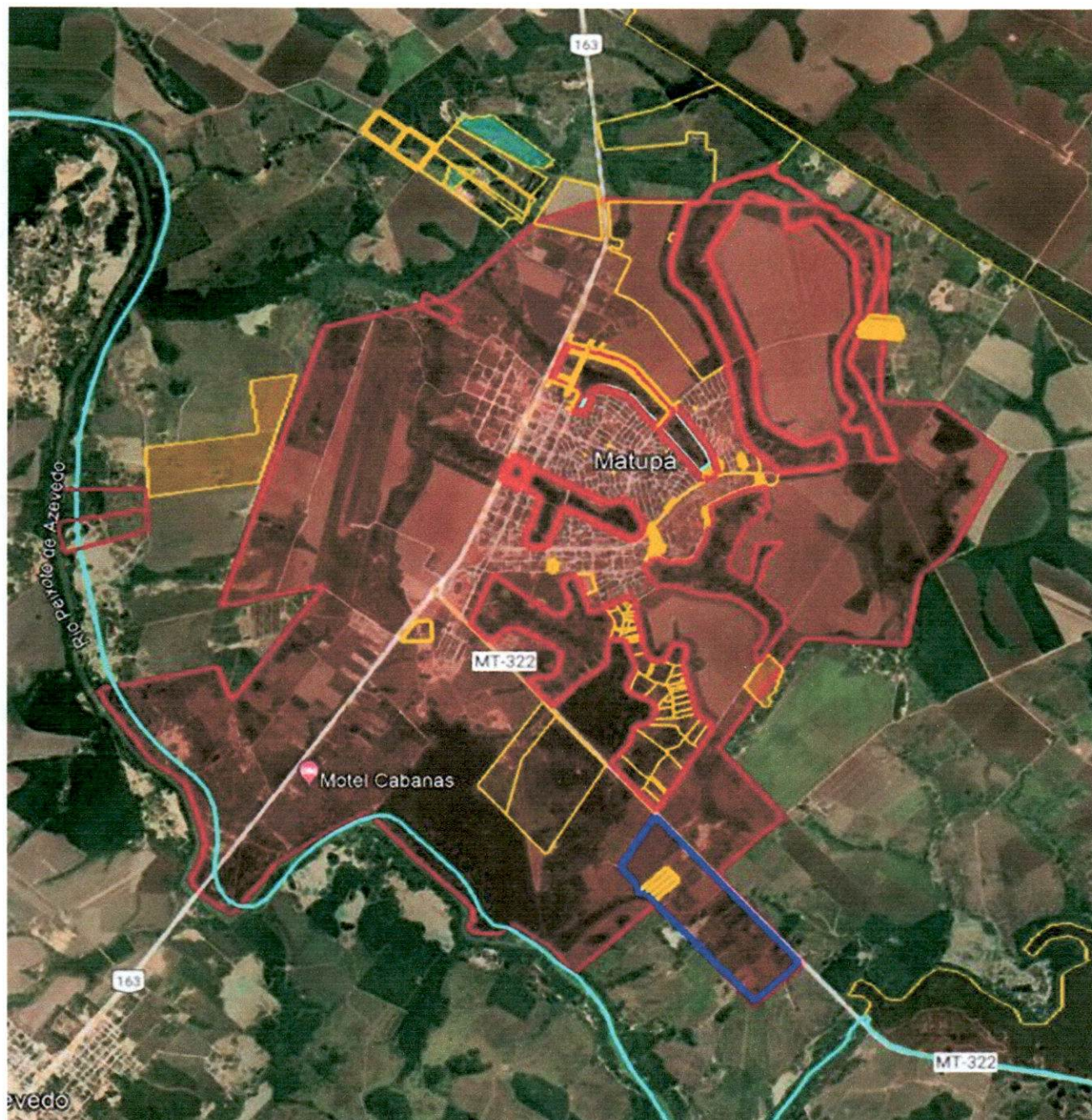


Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal De Matupá

CNPJ: 36.889.921/0001-02

ANEXO I





Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal De Matupá

CNPJ: 36.889.921/0001-02

Mensagem ao PLO nº 027/23

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores e Vereadora,



“A Carta Constitucional de Atenas 2003, disciplinou que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde, à cidade saudável e ecológica, são as funções das cidades”, partindo dessa máxima é que apresentamos o incluso **Projeto de Lei nº 027/23** que tem por escopo a proibição de plantio de lavoura nas áreas de expansão do Município de Matupá – MT

Sabedores que somos que a lei estabelece restrições de contato permanente em áreas de aplicação de agrotóxicos e/ou defensivos agrícolas, pois além de não garantir a proteção adequada às pessoas que circulam ou moram nos arredores, a população sequer tem conhecimento sobre a toxicidade dos defensivos utilizados.

Lavouras de soja e milho contornadas por bairros residenciais é uma cena bastante comum na cidade de Matupá. Hoje os bairros mais afetados são o Cidade Alta e Alto dos Lagos e as áreas verdes Linha do Aeroporto, Linha da Rodoviária, Ranário I, Ranário II, Linha do Secador, Linha Maravilha dentre outras que estão próximas as plantações de lavoura e sofrem com os efeitos colaterais produzidos pela aplicação dos defensivos agrícolas, razão pela qual **a extinção das lavouras nas áreas urbanas do município de Matupá se faz necessária em caráter de urgência.**

Neste diapasão, a nossa Lei Orgânica assim preceitua, senão vejamos:

TÍTULO VII Dos Planos de Desenvolvimento

CAPÍTULO I Da Política Urbana

SEÇÃO I Das Disposições Gerais

Art.194 A política de desenvolvimento urbana executada pelo poder público municipal, **conforme diretrizes gerais fixadas em lei** atenderão ao plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes.

Art.195 No estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o município assegurará:

I – política de uso e ocupação de solo que garanta:



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal De Matupá

CNPJ: 36.889.921/0001-02

a) controle da expansão urbana;

b) controle dos vazios urbanos;

c) manutenção de características do ambiental natural;

d) estudos permanentes do meio ambiente urbano, objetivando o monitoramento da qualidade de vida urbana;

IV – criação de áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública;

V – participação de entidades comunitárias na elaboração de planos, programas e projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos;

VI – adequação e ordenação territorial, incluindo a integração das atividades urbanas e rurais;

VII – integração, racionalização e otimização da infraestrutura urbano-regional básica;

VIII – melhoria da qualidade de vida da população.

Art.196 Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o poder público poderá utilizar os seguintes instrumentos:

II – institutos jurídicos, tais como:

e) restrição administrativa

Art.200 Através de **lei específica** o município instituirá critérios e os requisitos mínimos para a **definição e a delimitação de áreas urbanas**, diretrizes gerais, normas de parcelamento do solo urbano situado no território municipal, respeitando para o parcelamento dos dispositivos da lei estadual.

Por derradeiro, vislumbra-se no bojo da proposta em tela, que uma vez paralisada a atividade agrícola, a detentora dessas áreas poderá em contra partida, realizar a abertura de loteamentos para a instalação de comércios e serviços, além dos loteamentos residenciais, haja vista que Matupá precisa suprir tanto a demanda comercial quanto a residencial, somada a isso à geração de emprego e rendas.

Plenário das Deliberações Victor Fidélis Donini, 06 de novembro de 2023.

Ver. CARMILTON JORGE
PL

Ver. MARCOS ICASSATTI PORTE
MDB

Ver. JOSÉ DE JESUS LOUREDO
PL